fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

128 EDIÇÃO MENSAL

2019
DEZEMBRO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

APROVADO **OGE** PARA **2020**

Orçado em 31,3 mil milhões de euros, o Orçamento Geral de Estado para 2020 foi aprovado na generalidade pela Assembleia Nacional.

De acordo com a ministra das Finanças, o executivo Angolano optou por uma abordagem prudente, estimando o preço do barril de petróleo em 50 euros como preço de referência.

O ministro de Estado e da coordenação económica, Manuel Nunes Júnior, por altura da votação na generalidade, fundamentou as medidas que foram tidas em conta pelo executivo para a elaboração do OGE 2020.

Manuel Nunes Júnior considera que as medidas tomadas pelo executivo muitas vezes não são aquelas que seriam de se esperar, para o bem-estar imediato das populações, mas considera ser uma fase necessária para que se possa adquirir, no futuro, maior capacidade competitiva, mais produtividade e uma capacidade de produção nacional maior.

Pelo segundo ano consecutivo os gastos com a dívida pública vão atingir um novo máximo histórico, colocando mais de 55% do total do OGE para 2020. A Ministra das finanças, Vera Daves, justifica o referido aumento como sendo um dos reflexos da flexibilização da taxa de câmbio.

Vera Daves adiantou que se o actual stock da dívida for convertido para dólares, esta ver-se-á reflectida na diminuição da dívida pública.

O Orçamento Geral do Estado para 2020 começa agora a ser discutido pela comissão de especialidade e vai a votação final global a 15 de Dezembro.

FONTE: EURONEWS

EMIGRAÇÃO DE PORTUGUESES PARA ANGOLA DIMINUI PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO

Há menos portugueses a emigrarem para Angola, naquela que é uma tendência que se mantém há três anos consecutivos. Os dados são dos consulados da República de Angola em Lisboa e no Porto e foram divulgados a 3 de Dezembro, pelo Observatório da Emigração.

De acordo com os números agora conhecidos, foram 1.910 os portugueses que entraram em Angola em 2018. No ano anterior, registaram-se 2.962 entradas.

A tendência de descida tem vindo a verificar-se desde 2015, quando o número de emigrantes portugueses para Angola atingiu um máximo de 6.715 entradas. Desde então, registou-se uma descida de 42% em 2016, de 24% em 2017 e, mais recentemente, de 36% em 2018.

"Tudo indica que aos efeitos da retoma económica em Portugal se tenham somado os efeitos recessivos da crise dos preços do petróleo sobre o mercado de trabalho angolano da imigração, sentidos com mais intensidade a partir de 2016", de acordo com as conclusões publicadas.

FONTE: JORNAL DE NEGÓCIOS

ANGOLA

Aprovado OGE para 2020

Emigração de portugueses para Angola diminui pelo terceiro ano consecutivo

FMI desvaloriza disparidade nas projecções de crescimento de Angola

MOÇAMBIQUE

FMI prevê forte recuperação económica de Moçambique em 2020

CABO VERDE

Cabo Verde quer ser "plataforma de prestação de serviços" no Atlântico

Cabo Verde vai apresentar Plano Estratégico para Economia Azul ainda esta semana

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Governo de São Tomé e Príncipe anuncia entrada em vigor do IVA em 2020

GUINÉ BISSAU

Instabilidade política e volatilidade dos preços do caju

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FMI DESVALORIZA DISPARIDADE NAS **PROJECÇÕES DE CRESCIMENTO DE ANGOLA**

O representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Angola desvalorizou em Luanda a diferença nas perspectivas de crescimento do país para 2020, de 1,2% para a organização financeira internacional e de 1,8% do Governo angolano.

Marcos Soutto, que foi apresentador do tema 'Navegação pela Incerteza', no acto de divulgação do Relatório do FMI sobre as suas Perspectivas Económicas Regionais da África Subsaariana, considerou normal a disparidade numérica percentual.

"Isso é normal, porque depende muito das hipóteses que as pessoas têm dos seus modelos. Acho que não me focaria nesse momento em um nível específico de crescimento, o que importa aqui mais é a tendência que demonstra a economia angolana", referiu Marcos Soutto.

Segundo o representante residente do FMI em Angola, a economia angolana está a enfrentar os seus desafios, "mas vem numa trajectória de recuperação", num olhar sobre os últimos quatro anos.

"Embora haja aqui uma contracção da actividade económica, nós vemos que essa tendência tem sido de desaceleração dessa contracção e vemos uma possibilidade de crescimento no próximo ano já", afirmou.

Relativamente à preocupação do Governo de Angola no que se refere à dívida pública, Marcos Soutto considerou importante para qualquer país, não só Angola, que a mesma seja liquidada.

"Porque se você não paga a sua dívida pública, você passa a ter dificuldades de se financiar, seja internamente, seja no exterior, e não é apenas isso, o custo de financiamento cresce. Para qualquer país, não apenas para Angola, é importante que se mantenha em dia com as suas obrigações, a fim de que tenha acesso ao financiamento e a um preço razoável", defendeu.

O governo angolano anunciou que mais de metade do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 de Angola é para o pagamento da dívida pública, que representa actualmente um peso de 90% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com as autoridades angolanas, a prioridade para o OGE 2020 está virada para a consolidação fiscal, com particular realce para o controlo da dívida pública e ao relançamento da actividade económica.

Marcos Soutto enalteceu o compromisso que Angola tem hoje em alcançar este desiderato, do qual "não pode se furtar de imediato".

"O que está se fazendo aqui é um conjunto de medidas de natureza macroeconómica, para trazer o equilíbrio dos principais indicadores da economia angolana, melhorar as finanças públicas e assim, gradativamente, fazer espaço para investimentos e o crescimento da economia", salientou.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

FMI PREVÊ **FORTE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA** DE MOÇAMBIQUE EM 2020

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que Moçambique tenha uma forte recuperação económica em 2020 com uma inflação baixa, anunciou a missão técnica do fundo ao terminar uma visita ao país.

"As perspectivas para 2020 são de uma forte recuperação da actividade económica e de uma inflação baixa", referiu Ricardo Velloso, chefe de missão que visitou Maputo, mantendo reuniões com o Presidente da República, governador do banco central, ministro da Economia e Finanças e outros membros do Governo.

Os números do FMI apontam para um crescimento do PIB de 5,5% em 2020 face a 2,1% previstos para este ano e a inflação deverá "permanecer baixa", apesar de subir para 5% no próximo ano em relação a 3%, previsão para final de 2019.

Há um mês, no lançamento do relatório 'World Economic Outlook', o fundo previa um crescimento de 1,8% do PIB para 2019, uma aceleração para 6% em 2020 e para 11,5% em 2024.

A dinâmica económica do próximo ano será suportada "pelos esforços de reconstrução pós-ciclones" Idai e Kenneth, que no início deste ano atingiram o país, por uma recuperação na agricultura e pelo estímulo económico de um relaxamento gradual adicional das condições monetárias", se bem que de forma cautelosa, notou Ricardo Velloso.

O Banco de Moçambique "tem espaço" para continuar a descer a taxa de juro de referência, mas "há uma série de riscos", nomeadamente o rumo da política fiscal, os efeitos da guerra comercial internacional e as dúvidas sobre o acordo de paz entre Governo e oposição.

Apesar de o processo de pacificação estar a avançar, "não se sabe se vai continuar a caminhar bem", referiu.

Outros motores da economia em 2020 serão, segundo o FMI, a regularização dos pagamentos internos em atraso aos fornecedores e os megaprojectos de gás natural liquefeito, que deverão dinamizar "o sector da construção e outras actividades".

A missão do FMI reafirma outras recomendações já feitas em contactos anteriores: regularizar défice primário até 2022, fazer despesas sociais bem direccionadas e disciplinar o financiamento apoiando-o em donativos externos e empréstimos altamente concessionais, tendo em conta a sustentabilidade da dívida.

O FMI prevê que a dívida pública de Moçambique suba este ano para 108,8% do PIB, mantendo-se acima dos 100% do PIB até 2023.

O fundo realça também a reestruturação da dívida soberana ('eurobonds') concluída em Outubro, considerando-a "globalmente em conformidade com o cenário base na análise de sustentabilidade".

Ainda assim, acrescenta que "uma consolidação fiscal gradual e o êxito da estratégia do Governo para assegurar a redução da dívida junto

de credores privados internacionais continuam a ser essenciais para a sustentabilidade da dívida pública".

O FMI saúda ainda a intenção do Governo de guardar uma parte do imposto sobre mais-valias arrecadado este ano (880 milhões de dólares), com a venda da Área 1 de exploração de gás natural da Anadarko/Occidental à Total, num fundo soberano em criação.

Estas previsões estão sustentadas na expectativa de que três centrais de processamento de gás natural estejam a produzir em 2024 mais de 30 milhões de toneladas por ano, argumentam os analistas.

O relatório nota ainda que "com o início da construção dos trens de gás natural liquefeito, os fluxos de investimento directo estrangeiro devem sustentar a economia, quer na formação de capital bruto, quer no que diz respeito à liquidez em moeda estrangeira, fazendo com que as taxas de juro possam descer".

Ainda assim, a economia de Moçambique enfrenta desafios, alertam os analistas, vincando que "a capacidade institucional limitada, as deficiências na facilidade de fazer negócios, a limitada mão de obra qualificada e a falta de um sector privado vibrante vão limitar a participação local nos projectos de gás natural liquefeito".

Uma situação que a ocorrer, frisa o documento, reduzirá "os potenciais benefícios para a economia nacional".

Para os projectos de gás natural mudarem realmente o país, salientam os analistas do Standard Bank, serão precisas duas condições: "por um lado, progresso nas reformas estruturais e matérias de governação e, por outro, fazer com que metade da população que vive em pobreza saia dessa condição".

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO

CABO VERDE QUER SER **"PLATAFORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS"** NO ATLÂNTICO

Num encontro com empresários na embaixada de Cabo Verde em Paris, o ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano afirmou querer mais investimento francês e transformar o país numa "grande plataforma de prestação de serviços no Atlântico".

Num encontro com empresários na embaixada de Cabo Verde em Paris, o ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano afirmou querer mais investimento francês e transformar o país numa "grande plataforma de prestação de serviços no Atlântico".

"Este evento é para reforçar as relações de cooperação, mas também relações económicas, temos alguns investimentos franceses importantes em Cabo Verde e gostaríamos de levar mais investidores ao nosso país", afirmou Luis Filipe Tavares, ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na capital francesa.

A embaixada de Cabo Verde reuniu, na quinta-feira à noite, cerca de 70 empresários franceses e da diáspora lusófona para apresentar as oportunidades de investimento no país.

O sector mais apetecível é o turismo, com 800 mil turistas anuais (cerca de 10% franceses), mas também sectores como os portos, os aeroportos e os serviços financeiros interessam a Cabo Verde.

"O sector do Turismo desde logo, nas ilhas do Sal e da Boavista, mas também na ilha de Santo Antão e São Vicente. Mas também as energias renováveis, tudo que é mercado financeiro. Nós queremos transformar o nosso país numa grande plataforma de prestação de serviços no Atlântico. As questões logísticas aérea, marítima ou portuária são aspectos fundamentais da nossa estratégia de desenvolvimento", disse o governante.

Durante o evento, as vantagens de instalação em Cabo Verde foram explicadas também pelo embaixador de Cabo Verde em França, Hércules Cruz.

"Há uma série de reformas que estão a ser levadas a cabo. Suprimimos os vistos para os cidadãos da União Europeia, algo que sempre defendi porque mais que o valor é a limitação administrativa parecia-me ser uma certa barreira psicológica", disse o diplomata.

Para partilhar a experiência de instalação em Cabo Verde, Thierry Carrière contou a sua história. Chegado ao país para férias há quatro anos, este francês que já tem uma empresa no ramo da informática, viu que havia uma necessidade de criação de lembranças para os turistas que visitam as ilhas e avançou com um investimento de 300 mil euros.

"Fiz uma primeira viagem até lá, vi que havia grandes oportunidades. Havia muita procura e pouca oferta, então aproximei-me dos cabo-verdianos que já lá estavam e tentei perceber as necessidades e expectativas", disse o empresário.

FONTE: LUSA EM JORNAL ECONÓMICO

CABO VERDE VAI APRESENTAR **PLANO ESTRATÉGICO PARA ECONOMIA AZUL** AINDA ESTA SEMANA

A "Ocean Week" decorreu no Mindelo, contando com a participação de mais de dez países diferentes, entre os quais Portugal.

O ministro da Economia Marítima de Cabo Verde, José da Silva Gonçalves, disse à imprensa que o Plano Estratégico de Investimento para a Economia Azul apresentado tem o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que, juntamente com o Banco Mundial, está a colaborar com Cabo Verde e em aspectos inovadores.

Tal plano, indicou o governante, vai mostrar "precisamente" qual é o caminho que Cabo Verde deve seguir na área da Economia Azul.

Questionado pela imprensa sobre o que é que o governo cabo-verdiano pondera fazer para debelar a questão de inexistência de dados compilados sobre o sector para que através deles se possa tomar decisões, o ministro explicou que o executivo recentrou o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) para o Instituto do Mar (IMAR) que terá um papel central no desenvolvimento de uma base de dados neste sentido.

Segundo José da Silva Gonçalves, o IMAR terá mais duas vertentes que não existiam antes. Uma é oceanografia que trará dados e informações sobre a investigação oceanográfica e a outra é a vertente da aquacultura, revelou o ministro.

Sobre o tema "Economia Azul Perspetivas e Desenvolvimento" apresentado ontem, no qual foi exposta uma conferência sobre a experiência das Seychelles, José da Silva Gonçalves, defendeu que se tratou de uma oportunidade para ver as "abrangências e potencialidades da economia azul desse país que Cabo Verde pode tirar partido.

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ANUNCIA **ENTRADA EM VIGOR DO IVA EM 2020**

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) vai ser implementado em São Tomé e Príncipe em Março de 2020, estando o Governo a "acautelar" o seu "impacto menos desejado", anunciou hoje o ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

"A taxa do IVA (...) é a taxa possível tendo em conta os compromissos com o FMI [Fundo Monetário Internacional], sendo que a aprovação do respectivo código constituía uma das acções prioritárias para que o país pudesse beneficiar do programa com o FMI", disse Osvaldo Vaz.

Atendendo ao impacto deste imposto na vida da população, será aplicada uma isenção em 50% em todos os produtos que constituem o cabaz básico, anunciou o ministro numa conferência sobre o IVA, na capital do país, o primeiro acto público sobre a aplicação deste imposto, considerado pelas autoridades como um "marco histórico" no sistema fiscal são-tomense.

Depois da aprovação do Código do IVA pelo parlamento em Outubro e promulgado pelo Presidente da República, Evaristo Carvalho, o executivo pretende implementar este imposto no primeiro trimestre de 2020. Mas antes considera necessária "uma ampla campanha de sensibilização e de informação da população".

"O sucesso desta implementação assenta no engajamento de todos, num ambicioso e coordenado processo de comunicação: levar a conhecimento de todo o são-tomense o que é o IVA, que imposto vem substituir, porque é necessário dizer com clareza que não se trata de mais um imposto", defendeu o director dos Impostos, Engrácio Graça.

Nesta conferência, o ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul anunciou os desafios que se colocam ao país com a implementação do IVA.

"O Governo tem plena consciência de que a adopção do IVA representa um desafio, mas é importante para o fortalecimento das nossas finanças públicas e da nossa economia, de forma a que o país obtenha receitas para fazer face aos exigentes desafios ao desenvolvimento", afirmou Osvaldo Vaz.

O ministro garantiu ainda que o Governo adoptou todas as medidas para atenuar os impactos menos desejados do IVA.

"Todos os cuidados foram tidos em conta de forma a que os produtos gerados pelas actividades agrícolas, hortícolas e piscatórias desenvolvidas no país e vendidas nos mercados tradicionais fiquem fora da tributação da sede do IVA", sublinhou o governante.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO

NOTÍCIAS DE GUINÉ BISSAU

INSTABILIDADE POLÍTICA E **VOLATILIDADE DOS PREÇOS DO CAJU**

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) considera que a instabilidade política e a volatilidade dos preços do caju (maior fonte de rendimento para mais de dois terços dos agregados familiares) tornam as previsões sobre a Guiné-Bissau muito difíceis, antecipando crescimentos de 5% nos próximos dois anos.

Para além destas dificuldades, as previsões dos técnicos do principal banco de desenvolvimento em África também são arriscadas "devido à instabilidade bancária, aos preços do petróleo superiores às previsões e à grande dependência da agricultura que pode ser prejudicada por fenómenos climatéricos adversos".

O relatório sobre as economias africanas, que inclui uma parte especificamente sobre a Guiné-Bissau, alerta para os perigos da forte exposição dos bancos à dívida pública guineense, com a dívida interna a representar quase 40% do PIB deste pequeno país africano.

"As melhorias na gestão pública financeira são essenciais para evitar que o sector privado seja afastado dos investimentos pela presença do Estado na economia", diz o BAD, alinhando com o Fundo Monetário Internacional na necessidade de conferir mais qualidade à gestão pública.

"A Guiné-Bissau enfrenta problemas profundamente enraizados de fraca governação e corrupção, que precisam de ser tratados para permitir que realize o seu potencial económico e melhore os padrões de vida da população", refere, num comunicado enviado à imprensa, Concha Verdugo-Yepes, que liderou uma equipa do FMI que esteve em Bissau desde 18 de Setembro até ao princípio de Outubro para fazer uma avaliação às vulnerabilidades da governação no país.

Durante a sua estada em Bissau, a equipa do FMI reuniu-se com as autoridades políticas, representantes da comunidade internacional, sociedade civil e sector privado para fazer um diagnóstico preliminar às fraquezas de fiscalidade, regulação de mercado e combate à corrupção e branqueamento de capitais.

"Um primeiro passo para aquele objectivo é desenvolver uma estratégia nacional abrangente de combate à corrupção, focadas nos sistemas tributários, administração de receitas, Estado de Direito e no combate à corrupção e lavagem de dinheiro", salientou a responsável do FMI no comunicado então enviado.

O BAD, por seu turno, acrescenta que "garantir um crescimento forte e inclusivo obriga a resolver as falhas nas infra-estruturas", já que "apenas 10% das estradas nacionais são asfaltadas, e a taxa de acesso à energia é de 14,7%".

A pobreza afecta mais de 70% da população e a desigualdade de rendimento, medida pelo Índice Gini, foi estimada em 50,7 pontos, com as mulheres a continuarem marginalizadas no acesso ao crédito e à formação profissional, lamenta o BAD.

Nas últimas previsões sobre a evolução da economia, divulgadas durante os Encontros Anuais do FMI e do Banco Mundial, em Outubro, estes analistas antecipavam um crescimento do PIB da Guiné-Bissau de 5,5% este ano e 4,9% em 2020, com a dívida pública a manter-se ligeiramente abaixo dos 70%, ainda assim acima da média regional de 50%.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO